

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às nove horas, no SEP/Quadrado 511, bloco C, Ed. Bittar – 4º andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil ocorreu a 20ª reunião extraordinária do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): sob a seguinte pauta: **1. Ordem do dia: a)** aprovação e assinatura da Ata da 19ª Reunião Ordinária do CRH-DF; **b)** aprovação e assinatura da Ata da 19ª Reunião Extraordinária do CRH-DF; **c)** apresentação e debate sobre a minuta da proposta de resolução da ADASA para estabelecer os volumes de referência e ações de contenção em situação de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e Santa Maria; e **2) Informes.** Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA (SEMA), que presidiu a reunião e os seguintes Conselheiros (as): LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (1º Suplente/IBRAM); VANDETE INÊS MALDANER (2º Suplente/IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (Titular/ADASA); ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB); ALINE REZENDE PEIXOTO (Titular IBAMA); MANOEL ALESSANDRO M. DE ARAÚJO (1º Suplente/IBAMA); JORGE ENOCH FURQUIM VERNECK LIMA (EMBRAPA); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); ANA PAULA DIAS MACHADO DE C. PESSOA (FIBRA); TEREZINHA LIMA (ÚNICA); DELSON DA COSTA MATOS (CBH/MA); PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES (CBH/PARANÓIA); LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU (Titular/ABES); MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES); DIRCEU SILVEIRA R. JÚNIOR (UnB) e REGINA FITTIPLADI (Fórum de ONGs). Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Participaram como convidados: Erica Yoshida de Freitas (ADASA); Magda Carvalho de Oliveira (ADASA); Cirlania Mota Alexandrino (ADASA); José Roberto Furquim da Silva (CRDRS); Sérgio Augusto de Mendonça Ribeiro (SEMA); Camila Aida Campos (ADASA); Murilo Lins Ramos e Sousa (SEMA); Dálio R. M. Filho (SEMA); Robson Rodrigues da Silva (APARD/ICMBIO); Teresa Cristina Corrêa (AGE/Sítio Alegria) e Jorge Artur (PRODESCOBERTO). Procedendo-se a segunda convocação e constatada a maioria absoluta de seus membros, o presidente do Conselho deu por aberta a 20ª reunião extraordinária do CRH-DF, procedendo com o **item 1a e 1b da pauta.** Aprovação e assinatura da Ata da 19ª Reunião Ordinária e da 19ª Reunião Extraordinária do CRH-DF. Não houve nenhum comentário ou ajuste nas Atas, ambas foram aprovadas por unanimidade e assinadas nesta reunião. Passou-se ao **item 1c da pauta:** aprovação e assinatura da Ata da 19ª Reunião Extraordinária do CRH-DF; **c)** apresentação e debate sobre a minuta da proposta de resolução da ADASA. O presidente lembrou que a pauta principal desta reunião se reporta à elaboração, pela ADASA, da minuta de Resolução para estabelecer os volumes de referência e ações de contenção em situação de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e Santa Maria e está realizando audiências públicas e reuniões com os entes envolvidos no sistema de recursos hídricos. A resolução prevê as medidas a serem adotadas em situação de escassez hídrica. Sabemos da importância do tema que repercute na qualidade de vida das pessoas. Temos que nos organizar de forma preventiva, sistêmica e cooperativa para agirmos em caso de escassez. Em tempos de mudanças climáticas, onde a disponibilidade hídrica fica comprometida é importante trabalharmos em sinergia com o Ministério Público, Agência Reguladora, Câmara Legislativa, etc., visto que temos nossas cotas de responsabilidade na manutenção do sistema de recursos hídricos. Reforço que o governo tem tido uma ocupação, sobretudo em relação à região do Descoberto;

Processo Nº 393.000.062/2015
Rubrica 140267911

20ª Reunião Extraordinária – CRH/DF

52 inserido esta região como prioridade no comitê de governança territorial, que se reúne ao
53 menos duas vezes por mês para discutir as prioridades de ação referente ao combate no
54 processo de grilagem de terras e invasão no DF. Passou à palavra ao presidente da ADASA,
55 Paulo Salles que trouxe esclarecimentos sobre a minuta de Resolução. Lembrou que a
56 resolução tenta normatizar as ações que devem ser tomadas em relação aos reservatórios que
57 abastecem 80% do DF. Estamos enfrentando secas graves com volumes de chuvas menores.
58 A ADASA faz o monitoramento dos rios e reservatórios, bem como de pluviosidade e isso
59 nos dá o diagnóstico da nossa realidade de RH no DF. A situação é preocupante e a ADASA
60 entende que medidas devem ser tomadas, de forma estratégica, para evitar que a sociedade
61 seja fortemente afetada pelo problema. Começamos trabalhando com o abastecimento
62 humano, olhando os reservatórios para abastecimento urbano, que nos dará respostas rápidas.
63 Também estamos trabalhando com as zonas rurais, uma vez que fomos surpreendidos pela
64 situação climática na Bacia do Preto, cujos fluxos estão bastante afetados pelo fenômeno
65 climático. O governo decretou situação de emergência para aquela região, contudo, esta
66 medida não envolve o gerenciamento da escassez de água. Começamos trabalhando com a
67 escassez urbana mas também fazendo um trabalho intenso na área do Rio Preto de alocação
68 de água para os agricultores. Fizemos várias reuniões com o CBH Preto e com a Agência
69 Nacional de Águas – ANA. Aproveitamos algumas experiências deles de captação de água do
70 Nordeste e estamos caminhando para um entendimento de uso e aproveitamento da água para
71 todos os usuários naquela região. Tivemos a primeira reunião de audiência pública no dia 06
72 de julho passado, para a apreciação da proposta de Resolução. Esta audiência pública foi
73 anunciada para o público, por meio de jornais de circulação no DF e no próprio site da
74 ADASA, onde está colocada a proposta da Audiência com documentos acessórios que
75 incluem a minuta de resolução e Notas Técnicas. Enviamos mais de 600 e-mails para
76 instituições diversas convocando para a audiência pública e mais de 60 Ofícios para
77 instituições convidando para o evento. Concluímos que a divulgação foi ampla e tivemos uma
78 participação da EMATER, ICMBIO e da CAESB, com contribuições valiosas. Só estas
79 contribuições já justificam uma revisão e ajustes na proposta de resolução. Recebemos um
80 documento do Ministério Público, como é do conhecimento dos senhores, e estamos aqui para
81 apresentar os ajustes inseridos na primeira audiência e adequando a proposta de Resolução
82 para a segunda audiência que será no dia 09 de agosto deste mês. As audiências é o momento
83 ideal para recebermos contribuições. Todas as sugestões apresentadas são nessas audiências
84 são analisadas e respondidas, e se pertinentes, serão inseridas no documento. Também podem
85 ser fornecidas sugestões por e-mail, no site da ADASA e na Portaria da ADASA também
86 podem ser apresentadas contribuições. O regulamento está disponível no site da ADASA.
87 Também queremos esclarecer que não estamos esgotando os esforços a respeito da escassez
88 hídrica. Estamos preparando outros documentos que irão complementar o estamos fazendo
89 aqui, inclusive para outros reservatórios. Dependendo dos níveis dos reservatórios estamos
90 preparando mais três Resoluções para complementar as ações para estes reservatórios. Uma
91 questão que chama muita a atenção da população é a tarifa da água. Sabemos que existem
92 mecanismos econômicos para controlar o uso da água, a exemplo do aumento de tarifa e dos
93 bônus oferecidos a quem diminui o uso. A resolução que vai normatizar o controle está em
94 estudo. Esta resolução aqui apresentada é necessária porque a população precisa ser
95 informada e conhecer a situação de disponibilidade hídrica do DF e os estados que estão
96 sendo colocados aqui: de atenção, de alerta e de restrição de uso da água. Estamos chegando a
97 nível que precisa de atenção. Esta Resolução também é útil à ADASA para que possamos
98 adotar as medidas necessárias aqui previstas. As Notas Técnicas mencionaram diversas ações
99 que precisam ser adotadas e estamos trabalhando em nível de prioridades. As Resoluções são
100 instrumentos flexíveis que nos permitem regulamentar de forma mais rápida por ser de âmbito
101 interno da instituição. O que estamos apresentando não é um documento definitivo, está em
102 construção e visa atender a situação urgente que se apresenta em virtude dos efeitos das

103 mudanças climáticas. Passo a palavra ao Conselheiro Rafael/ADASA que fará a apresentação
104 dos termos da Resolução. O Conselheiro lembrou que o DF tem um período característico, o
105 de estiagem, e este momento estamos trabalhando para contornar os efeitos desse ciclo. Em
106 virtude disto a ADASA tem um plano de gestão, onde controlamos quanto de água chega mês
107 a mês nas 41 Unidades Hidrográficas – UHs do DF. Essas medidas são tomadas no exutório e
108 com esses dados controlamos os usos de água no DF por meio das outorgas. Também
109 fazemos um controle das águas subterrâneas, com um mapeamento hidro geológico, em
110 parceria com a UnB, que nos fornece dados de reserva que utilizamos para exportação por
111 meio dos poços do DF. Estes mecanismos nos permitem autorizar as retiradas de águas
112 superficiais, subterrâneas, lançamento de efluentes, caminhão pipa, lançamentos de águas
113 pluviais, barragens, canais, desassoreamento. Já chegamos ao quantitativo de 25.000 outorgas
114 no DF desde maio de 2005. Sabemos onde estão os pontos outorgados, qual a finalidade e a
115 quantidade em cada ponto. A ADASA possui uma rede de estações que nos permite o
116 monitoramento intensivo e com possibilidade de inovações constantes. Dentro dessa rede de
117 monitoramento alguns pontos são mais relevantes. Nestes foram instalados equipamentos com
118 tecnologia mais avançada, 17 telemétricas, que nos fornece o dado em tempo real. Em relação
119 à quantidade de água no DF temos os dados de chuva, dados de variação de nível, vazão e, a
120 partir disto montar a curva chave que nos dará condições de identificar quais são as previsões
121 futuras em relação aos níveis dos rios do DF. Foram apresentadas as estações de medições do
122 DF e os dados que chegam a cada quinze minutos destas estações. Explicou que a ADASA
123 tem uma rede subterrânea que fornece o acompanhamento da variação de nível e qualidade
124 das águas dos aquíferos, com 134 pontos e rede superficial com mais 60 pontos de
125 monitoramento. Com relação ao monitoramento qualitativo, analisamos o DBO, temperaturas,
126 coliformes, Escherichia coli, sólidos, pH, óleos e graxas, fósforo, turbidez, condutividade,
127 DQO, O₂, e série nitrogenada. Esses parâmetros são investigados tanto na rede subterrânea
128 quanto na rede superficial e mais alguns pontos que temos em virtude de solicitações de
129 empresas que prestam serviços à ADASA, com parâmetros analisados a cada três meses.
130 Todas essas informações estão disponíveis através de boletins informativos da ADASA.
131 Apresentou o quadro de acompanhamento das chuvas nas estações telemétricas, referente aos
132 meses de maio e junho de 2016, as vazões máxima, média e mínima dos rios monitorados por
133 estas estações. A ADASA também faz um levantamento utilizando a metodologia IQA. O
134 trabalho da fiscalização tem se intensificado bastante, indo além da rotina pré-estabelecida,
135 em virtude de demandas externas (denúncias, outros órgãos), dos canais de captação de água
136 superficial, mediação de conflitos, campanhas regionais, pontos de caminhão-pipa, pontos de
137 controle e pontos de outorgas emitidas, etc. Nesse período intensificamos nossas ações junto
138 aos usuários, no sentido de esclarecer sobre o melhor uso ao tempo em que colhemos as
139 informações dos usuários para adequar ao melhor atendimento. Sabemos que essa é a melhor
140 ferramenta que a fiscalização pode utilizar no DF, mostrando da realidade daquela bacia e
141 possibilitando o debate com o usuário como forma de dinamizar o uso. Temos olhado com
142 lupa na região do descoberto e intensificado ações em várias frentes, a exemplo da
143 identificação dos usuários daquela região. O Conselheiro Rafael/ADASA informou que a
144 ADASA vem praticando muitas campanhas de regularização, no intuito de identificar todos os
145 usos que estão sendo praticados naquela região e, de alguma forma, regulamentar, definir
146 critérios e procedimentos para essas captações. Todas essas regiões já passaram por uma
147 visita da ADASA. Cerca de 800 novos usuários foram identificados nessas campanhas de
148 cadastramento, mas ainda falta muito para conhecer todas as interferências no DF. Esse
149 levantamento de canais no Descoberto é um trabalho feito em parceria com a EMATER,
150 SEAGRI, CAESB e CBHs. Está sendo feito um estudo para, na medida do possível, revestir
151 esses canais e torna-los mais eficientes. Foi feito um trabalho muito importante na Bacia do
152 Pípiripau, onde se desenvolveu um projeto de revitalização no Canal Santos Dumont.
153 Pretendemos trazer essa iniciativa para todos os outros canais, principalmente o Redeador.

Processo Nº 393000062/2015

Rubrica 267911-1

20ª Reunião Extraordinária – CRI/DF

154 que é o maior canal que temos no DF e percebemos, mediante trabalho de campo de medição
155 de vazão, que há uma possibilidade muito grande de ampliar o tributário do Rodeador em
156 termos de contribuição para o reservatório do Descoberto. Estamos trabalhando para
157 alcançarmos essa eficiência. A ADASA vem desenvolvendo ações intensas na região do
158 Descoberto e ampliou pontos de monitoramento na Bacia. Por meio de atos normativos:
159 Resoluções, Demandas, Estudos, Notas Técnicas, Termo de Referência, Contratação, etc., a
160 ADASA desenvolve trabalho para mitigar problemas na região. Estamos discutindo agora
161 uma Resolução de disponibilidade hídrica de água subterrânea onde se pretende fazer estudos
162 locais por regiões e vários outros instrumentos estão sendo revisados, a exemplo da Resolução
163 nº 163/2006, do Plano BH/Paranoá, da IN 02/2006, da Resolução 350/2006, estudo recente
164 sobre Recarga Artificial, Resolução de Escassez Hídrica, Resolução (publicada recentemente)
165 focada no Descoberto, para outorgas mais cautelosa, para captações que estão sendo feitas em
166 regiões mapeadas como áreas de situação irregular. Toda outorga emitida hoje em faixa já
167 identificadas como faixas preocupantes já é uma outorga diferenciada. Temos a Resolução
168 Outorga Parcelamento Irregular e Resolução 06/2015, que determina a variação das cotas do
169 lago que é revista anualmente. Temos um trabalho que está sendo desenvolvido pela área de
170 regulação, que vocês já conhecem que é o acompanhamento do PROGESTÃO. Ocorreu a
171 primeira oficina. O dinheiro foi liberado e precisamos desenvolver as ações e propostas que a
172 ANA nos apresentou. Como mostram os documentos do PGIRH/DF, a população cresce de
173 forma intensa. Apostamos em programas como estes que estamos desenvolvendo, a exemplo
174 do Projeto Descoberto coberto, o ADASA na escola, o Ribeirão Sobradinho, O Produtor de
175 água no Pípiripau, etc. Temos as novas fontes de abastecimento. Sabemos que a população vai
176 crescendo e precisamos trazer novos sistemas, dar uma atenção especial e ampliar a rede de
177 fornecimento de água do Corumbá IV, trabalhar bem o lago Paranoá para que possa ser
178 também uma fonte de abastecimento e colocar logo em carga o Sistema Bananal. Encerrou a
179 fala. A seguir passou a palavra para a técnica Érica Yoshida/ADASA que apresentou a
180 minuta de Resolução que estabelece os Volumes de Referência e Ações de Contenção em
181 Situações Críticas de Escassez Hídrica nos Reservatórios do Descoberto e Santa Maria
182 Visando Assegurar os Usos Prioritários dos Recursos Hídricos. Antes de proceder à
183 apresentação ela ressaltou que a primeira minuta elaborada recebeu várias considerações.
184 Essas considerações foram analisadas e resultou na Nota Técnica, nº 96, que se encontra no
185 site da ADASA. O que vamos apresentar hoje é uma versão considerando todas as
186 contribuições recebidas. A Resolução traz os conceitos de barragem; disponibilidade
187 hídrica; estado de atenção; estado de alerta; estado de restrição de uso; outorga de direito de
188 uso de recursos hídricos; reservatório; volume útil do reservatório e volume morto. Nessa
189 apresentação focaremos no estado de atenção, de alerta e de restrição de uso, que são aqueles
190 que demandam ações. Estados dos reservatórios: de atenção 60%; de alerta 30%, de restrição
191 20%. Foram estabelecidos nas simulações da ADASA, inclusive, com as considerações que a
192 CAESB trouxe após a primeira sessão de audiência simples. O primeiro estado é o de atenção,
193 caracterizado pelo volume dos reservatórios, quando será necessário comunicar aos usuários e
194 consumidores sobre os eventuais riscos de redução dos níveis para volumes críticos de alerta e
195 restrição. Com isso temos que intensificar a fiscalização nas áreas de influência dos
196 reservatórios e unidades hidrográficas contribuintes. Intensificar as campanhas e demais ações
197 educativas com o objetivo de sensibilizar os usuários para a necessidade de redução do
198 consumo de água e promover a alocação de água entre usuários das unidades hidrográficas
199 contribuintes. Ainda no estado de atenção, Art. 3º, inciso III, § 1º A empresa concessionária
200 de serviço público de saneamento básico deverá operar os reservatórios objetivando o
201 equilíbrio dos seus níveis. Art. 3º, inciso III, § 2º. A alocação de água entre os usuários das
202 unidades hidrográficas será feita de forma prévia e participativa. O estado de alerta (quando o
203 reservatório atingiu 30% de volume útil) é o estado de risco de escassez hídrica, em que o
204 estado de armazenamento dos reservatórios indica a necessidade de adoção de medidas para a

205 redução do consumo de água. A ADASA vai ter que declarar situação crítica de escassez
206 hídrica, ampliar ações de comunicação com a sociedade e promover a alocação de água entre
207 usuários das unidades hidrográficas contribuintes, com possibilidade de restrição de uso e
208 redução da vazão outorgada. O Art. 4º, inciso III, §1º trás que em situação de escassez, o uso
209 prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais. O § 2º,
210 do mesmo artigo e inciso, trás que a declaração de situação crítica de escassez hídrica será
211 estabelecida por ato específico da ADASA. O Art. 4º, inciso III, §3º diz que durante a
212 situação crítica de escassez hídrica, a ADASA poderá adotar mecanismos tarifários de
213 contingência, conforme o disposto no art. 46, da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de
214 2007. Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico: O §4º, do mesmo artigo e inciso trás
215 que caso seja necessário o estabelecimento da tarifa de contingência citada no parágrafo
216 anterior, esta será determinada em Resolução específica. O terceiro estado é o Estado de
217 Restrição (volume de reservatório indica a medida de consumo de água, o reservatório já está
218 apresentando consumo de 20% de seu volume útil). Estado de escassez hídrica em que o
219 volume dos reservatórios indica medidas de redução do consumo de água. A ADASA vai
220 declarar regime de racionamento preventivo, por meio de resolução específica. Art. 6º. Os
221 termos desta Resolução poderão ser revistos pela ADASA, conforme estudos que venham a
222 ser realizados e indiquem a necessidade de ajuste nos parâmetros estabelecidos. Isso é um
223 trabalho constante. Essa resolução será aprimorada a cada ano. Deve-se formar um grupo de
224 acompanhamento. As contribuições deverão ser enviadas formalmente e oralmente no dia da
225 audiência. A técnica Camila/ADASA explicou como foram feitos os estudos para chegar aos
226 níveis propostos para a resolução (60%, 30% e 20%). Começou pelo reservatório do
227 descoberto. Utilizamos os dados que foram fornecidos pela CAESB. Apesar da ADASA já ter
228 o monitoramento, tanto na barragem como nos afluentes, a série histórica da CAESB é bem
229 mais antiga, então usamos todos os esses dados e a batimetria mais recente que foi feita
230 também pela CAESB. O primeiro passo foi correlacionar o volume com as quotas e depois
231 determinar para cada percentual do volume útil qual a quota do reservatório que vamos
232 precisar para gerar os estados de atenção, alerta e risco. Apresentou os seis afluentes do
233 Descoberto, o monitoramento desses afluentes já é de rotina, mas desde junho está
234 intensificado, com periodicidade a cada 15 dias. Estamos fazendo as dimensões de vazões em
235 todos os afluentes e na barragem que é o monitoramento por telemetria, que nos dá, a cada 15
236 minutos, os dados de nível e de chuva. Além dos dados dos afluentes temos a aflúência total
237 do reservatório, mas a área não monitorada que são aqueles pequenos contribuintes de toda
238 água que desce sem ser pelos rios, isso também foi considerado no cálculo do aporte.
239 Também consideramos os dados de evaporação, pluviosidade e captação da CAESB.
240 Consideramos dois cenários: Cenário 1 - considerando a vazão de entrada como a menor
241 vazão média mensal registrada na história, desde 1982, sendo ela 0.01 hm³/dia; Cenário 2 -
242 considerando a vazão de entrada como a Q 95 dos afluentes. Como hoje a gente já se encontra
243 no pior cenário da história, então consideramos aqui o cenário 1. Para 60% do volume útil do
244 reservatório, temos 110 dias de abastecimento. Para 30% temos 55 dias de abastecimento e
245 para 20% temos 37 dias de abastecimento. Foi com base nisso que estabelecemos tais
246 percentuais. Chegou-se a esses números em função do número de dias para fazer alguma
247 coisa. A seguir mostrou a situação do nível de volume do lago do descoberto em 31/07/2016,
248 estava na cota 1027.61m que representa 60.5% do volume útil, ou seja, estamos prestes a
249 entrar no estado de atenção. O Santa Maria foi feito o mesmo procedimento. No Santa Maria
250 são três afluentes principais e estão sendo monitorados a cada trinta dias. Todos os outros
251 dados foram fornecidos pela CAESB (evaporação, pluviosidade e captação) e se chegou a
252 esse cenário: 60% de volume útil temos 249 dias de abastecimento. Para 30%, 124 dias e
253 20%, 83 dias. A priori pensamos em tratar os dois reservatórios separadamente por eles terem
254 características bastante diferentes, o descoberto é de ciclo anual, mais rápido sua recuperação,
255 enquanto que o Santa Maria é mais demorado, mas para essa resolução decidimos trabalhar

Folha Nº 218

Processo Nº 39300006212015

Rubrica clu0 2679111

20ª Reunião Extraordinária - CRH/DF

256 com os mesmos percentuais porque apesar deles serem diferentes a gente acaba sendo mais
257 conservador com o Santa Maria porque 60% lá no descoberto dava 110 dias de abastecimento
258 no Santa Maria temos 249 dias e consideramos aqui o cenário 1 também, porque já estamos
259 no pior cenário da história. Em 31/07/2016, a situação no Santa Maria chegou à cota de
260 1068,63m com 60,5% útil idêntico ao do descoberto. Concluiu. O presidente da reunião
261 agradeceu a apresentação da ADASA e considerou valioso o que está sendo feito e considera
262 que a grande virtude de um debate como este, além de colher contribuições efetivas e
263 qualificadas para aprimoramento da resolução é, sobretudo, de processar a legitimação das
264 ações. Existe a legitimidade formal e a legitimidade real que é o debate com a participação
265 social, a melhor compreensão das motivações, etc., e isso tudo resulta numa implementação
266 mais efetiva e um acompanhamento mais real da sociedade em torno dessas resoluções. A
267 questão da transparência é uma primícia fundamental. O presidente passou a palavra à
268 promotora pública Marta Eliana para fazer considerações. A Dra. Marta Eliana/MPDFT
269 esclareceu que as contribuições que o MP encaminhou diziam respeito, também, à
270 necessidade de uma maior participação, visto tratar-se de assunto de relevante interesse de
271 toda a sociedade. Gostaríamos de ver a sociedade engajada nesse propósito o quanto antes.
272 Parece que as coisas ainda não estão fluindo dessa forma. Não estamos apontando culpados.
273 Nossos mecanismos de dar ciência, de divulgar, nem sempre atinge seus objetivos, por serem
274 muito formais. No nosso entendimento, uma pactuação com a sociedade é fundamental para
275 que essas medidas funcionem, porque pelo estado de alerta, que medidas vamos tomar? A
276 população precisa está engajada para que elas realmente funcionem. A outra questão dizia
277 respeito a essa reunião, onde tanto o Conselho, como os comitês precisariam,
278 necessariamente, serem ouvidos na construção dessa norma. Outra preocupação diz respeito
279 ao direito comparado e algumas questões técnicas que foi observado na promotoria, em
280 relação, por exemplo, da legislação de Minas Gerais, que não adota como único parâmetro
281 para decretar esses estados, os níveis dos reservatórios, mas um método conjunto,
282 principalmente entre vazão e nível. Essa modulação parece fundamental e parece que,
283 tecnicamente, essa resolução que está sendo proposta, apresenta falha nesse sentido de adotar
284 como único critério o nível. Foi dito por exemplo, que se piorar vamos fazer novas avaliações,
285 novas resoluções. Como em direito ambiental o que prevalece é a prevenção, é a precaução, o
286 Ministério Público acredita que já devemos pensar agora, embora não seja possível fazer de
287 imediato, visto que esse critério leva em consideração as chuvas, a vazão e o volume, ou
288 nível. Ele já deve está sendo modulado para que no futuro a gente possa levar em
289 consideração nesses estados, porque a vazão pode indicar já um possível estado que já vá
290 começar em breve e que já devam ser adotadas medidas com relação à população. Nossa
291 preocupação é que a população de Brasília não tem a cultura de poupar água. É preciso
292 trabalhar seriamente nisso, pois se pegarmos, por exemplo, consumo do lago sul, está entre os
293 maiores do mundo. É preciso rever isso o quanto antes. Fica até uma sugestão de nas
294 resoluções específicas tratar essa questão do lago sul até de uma forma diferenciada. Se
295 formos olhar o consumo de lá é uma coisa absurda. Basicamente é isto eu creio que, de
296 maneira geral, tudo que a ADASA está fazendo é bastante positivo a gente não pode ser pego
297 de surpresa, compreendo também que é necessário que medidas sejam tomadas mais de
298 imediato, de repente uma nova perspectiva de abrir para novos estudos. Isso fica como
299 sugestão, elas estão numa recomendação que foi encaminhada à ADASA. Agradeço ao
300 Secretário André pelo convite. É importante construirmos juntos porque são pontos de vistas
301 um pouco diferentes, mas que se somam, eles não se eliminam. Finalizada a apresentação o
302 presidente oportunizou o debate pela plenária. O Conselheiro Jorge Enoch/EMBRAPA
303 ressaltou que a proposta de Resolução não deixa clara a questão do tempo (a porcentagem em
304 relação à temporalidade varia em virtude do período de chuvas). Na Resolução a participação
305 do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGREH não está clara. Na criação do
306 Grupo de Trabalho - GT para acompanhamento da resolução é preciso esclarecer qual a

307 participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs, de forma que traga a sociedade
308 para o processo de tomada de decisão. A Conselheira Raquel Brostel/CAESB assegurou que a
309 Resolução é de extrema importância para garantir os usos prioritários na situação de escassez
310 hídrica e, sobretudo, transparência para a sociedade, ao tempo em que se conscientiza a
311 sociedade e a trás para o comprometimento de uso responsável dos recursos hídricos, visto
312 que, na medida em que ela toma conhecimento da escassez, também se conscientiza do
313 consumo responsável. O fato é relevante, especialmente este ano, em função do cenário de
314 estiagem severa no qual estamos imersos. Entre as sugestões encaminhadas pela CAESB,
315 estão os estágios de referências com as sugestões de adequações para cada etapa, o que foi
316 aceito. Os prazos de referência também foram sugeridos pela CAESB, mas não foram aceitos.
317 A sugestão foi de que 60% ocorressem até 31/07 e 30% até 30/09. Essas datas seriam
318 relacionadas àqueles dias de abastecimento que são mais ou menos semelhantes ao que
319 calculamos. Um bom encaminhamento dado aqui é a criação do GT de acompanhamento,
320 onde essa pauta pode ser aprimorada para se chegar à data de referência. Outra questão
321 importante é o papel da ADASA hoje. Independente de grupo de acompanhamento, ela é
322 agência reguladora de recursos hídricos e de saneamento, então ela conhece os sistemas,
323 conhece as propostas da CAESB, o nosso sistema atual e futuro, contudo, em função do papel
324 de cada ator é melhor discutir isto com eles desenvolvendo um nível de diálogo. Dentro dessa
325 discussão e do que a Dra. Marta Eliana/MPDFT colocou essa questão das vazões, dos
326 tributários, independente da resolução, isto já está sendo discutido com a ADASA. A CAESB
327 tem monitoramento mensal e os equipamentos dos principais tributários nas estações
328 pluviométricas têm leituras diárias e vamos passar a ter acompanhamento semanal em função
329 da longa estiagem desse ano. Com os dados que temos já é possível darmos uma resposta a
330 isto, independente da Resolução. Se precisarmos ter números estabelecidos na Resolução,
331 temos que fazê-lo de forma cuidadosa, visto que temos um território pequeno, conhecemos as
332 informações e podemos discutir isso com os atores. Colocar os números específicos na
333 Resolução pode restringir ainda mais o processo. Com relação aos novos sistemas para a
334 captação gostaria de lembrar que a captação do Bananal está com a licitação pronta. Estamos
335 esperando o aval do órgão financiador, o Banco do Brasil. O período de execução é de um ano
336 e meio. O Corumbá está em execução de obras, já a ETA, temos que fazer tanto a
337 complementação da adutora de água bruta quanto à execução de água tratada. São obras de
338 grande porte que se estenderão por quase dois anos. O Paranoá está com a licitação pronta e
339 estamos aguardando liberação dos recursos do governo federal e a obra deve durar três anos
340 no mínimo. A partir desse momento até 2018 vamos ter certa folga dos sistemas, eles vão
341 acrescentar, nessa primeira etapa, Paranoá e Corumbá, cerca de 2.000 l/s e depois, o Paranoá
342 mais 2.100 l/s. Isso em primeira etapa, pois na etapa subsequente, até 2040, isso vai para
343 6.200 l/s a mais do que temos hoje. A CAESB faz o monitoramento das Bacias Hidrográficas.
344 Para fazer frente às ações de uso e ocupação do solo, irregulares, fazemos campanhas anuais
345 de consumo de água. Desde o ano passado foram feitas tratativas com o SEAGRI porque
346 temos identificado que os canais de irrigação são extremamente importantes para
347 conseguirmos otimizar o uso da água na agricultura. A CAESB está disposta a participar com
348 o fornecimento de tubulação junto a SEAGRI para implantar os canais de irrigação. O
349 Conselheiro Paulo Salles/ADASA informou que, em relação às datas fizemos uma mudança
350 nesta versão da Resolução onde dizemos que esses espaços poderão ser interpretados para
351 evitar um problema desse tipo. Nas discussões que tivemos na ADASA, julgamos que isso
352 seria mais adequado que fixar datas. Na questão levantada pelo Jorge Enoch, a incerteza
353 realmente existe. Quando chegar novembro se a agência ainda tiver 60% ainda não teremos a
354 certeza de que a chuva virá. O princípio da precaução tem que nos acompanhar sempre. Nós
355 fazemos simulações e acompanhamentos diários e os dados estão circulando. Essa discussão
356 sobre a participação do sistema e da sociedade ela tem que ser feita de forma mais ampla. O
357 Conselheiro Montenegro/ABES/DF lembrou que é oportuna a discussão desse tema no

Folha Nº 219
Processo Nº 313000062/2015
Rubrica 267911X

20ª Reunião Extraordinária - CRIH/DF

358 Conselho e a posição da ABES/DF, em primeiro, é de declaração de interesse de
359 aprofundamento na participação social. O processo que a ADASA iniciou é da maior
360 importância. O nosso posicionamento é que a proposta de Resolução está razoável para o
361 primeiro ano. Podemos otimizá-la para os anos seguintes. Vamos aproveitar a oportunidade
362 que temos para essa segunda rodada de consulta e audiência pública e vamos trabalhar para
363 que possamos melhorar os termos da Resolução. Nós nos associamos às ponderações que o
364 Jorge fez relacionado à questão da associação entre níveis dos reservatórios e temporalidade
365 dos ciclos de chuvas, bem como a questão levantada: se realmente as vazões já estão
366 decepcionando. Quanto aos reservatórios, salientou que mais do que uma oferta de água é a
367 flexibilidade operacional no sentido de um manancial suprir o outro. Essa questão é
368 fundamental para que se tenha uma maior resiliência e maior segurança no abastecimento do
369 DF. E por fim cumprimentou a CAESB pela percepção da importância de apoiar as ações de
370 conservação da água e do uso racional desta na área verde. Precisamos acirrar as discussões
371 sobre perdas de água no abastecimento público; e com a mesma importância o uso para
372 consumo agrícola. Temos que olhar cuidadosamente todas as oportunidades adicionais que
373 temos para o uso mais racional da água. A Conselheira Tereza/SEMA lembrou que em se
374 tratando de consumo de água devemos pensar o uso sustentável não só pelas questões
375 climáticas, das baixas vazões dos rios, etc., mas trabalharmos estratégias para conter o uso
376 excessivo, identificado nas regiões e setores do DF, aquelas de maior consumo, a exemplo do
377 Lago Sul, que há muito apresenta consumo crescente muito acima da média para o DF. Esse
378 fator deve ser trabalhado com política que apresente bônus para quem reduz o consumo e
379 ônus para os consumidores que excedem, colocando também limites para consumo. O
380 Conselheiro Delson/CBH – MA lembrou de que estamos falando aqui, do reservatório que
381 abastece a maioria da população do DF, mas é preciso nos preocuparmos também com os
382 reservatórios que abastecem a parcela menor da população. Lembrou que na FERCAL 3.000
383 habitantes usam água de poços subterrâneos e outros de poços locais. Quando discutimos a
384 escassez de água não podemos esquecer essas pequenas localidades e as pessoas que estão
385 fora desse sistema maior. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF ressaltou que estamos
386 elaborando o Plano de Saneamento Básico do DF, onde estão planejadas onze pré-audiências
387 públicas para fazer o diagnóstico e identificar as carências das atuais estruturas que exigem
388 intervenção, bem como, os locais de maior eficácia. A situação atual da FERCAL já vem de
389 longas datas. Sabemos que é na mitigação das prioridades mais imediatas que será
390 equacionado o abastecimento da FERCAL. A técnica da ADASA, Camila esclareceu que
391 sobre a questão do tempo de intervenção vinculado ao percentual dos reservatórios tínhamos
392 acatado a sugestão da CAESB, de amarrar os níveis com as datas. Era 60% até 31 de julho e
393 30% até 30 de setembro, conforme já colocado pela Conselheira Raquel Brostel. Estudando
394 melhor o assunto percebemos alguns inconvenientes e resolvemos desvincular. Imaginemos
395 que cheguemos aos 60% no dia 1 de agosto, nesse caso não posso decretar mais porque estou
396 amarrado a 31 de julho, então teremos que esperar chegar nos 30% pra declarar alguma coisa.
397 e podemos chegar nos 30% e a mesma coisa acontecer, de não coincidir o nível com o prazo. Se
398 o Santa Maria chegar ao final desse ano muito mal, no ano que vem ele não vai recuperar e eu
399 não vou poder fazer nada, mesmo sabendo que ele está mal e não vai recuperar. Nós e a
400 CAESB temos muitos dados com os quais podemos fazer análises mais profundas. Não
401 devemos ter uma Resolução com tantas condicionantes. Estas ficam no nosso encargo para
402 que analisemos e tomemos a decisão mais conveniente para a situação, este é o papel do
403 grupo de acompanhamento que vai monitorar estas questões. A Conselheira Ana Palmira/CH
404 Paranoá observou que na Resolução não consta o papel dos Comitês e da sociedade, é preciso
405 constar. Em relação aos pequenos córregos e nascentes das áreas não monitoradas, como isto
406 vai funcionar? É importante colocar os prazos de revisão da Resolução. Haverá restrição de
407 outorga? É preciso inserir um estágio de prevenção e as alternativas de reuso de
408 aproveitamento de águas pluviais para complementar todos estes alertas. A Conselheira

409 Regina Fittipaldi/Fórum de ONGs reforçou que a participação popular é muito importante nas
410 reuniões deste Conselho. Essas pessoas estão na ponta do sistema, na beira dos córregos, nas
411 margens de rios, etc. O ZEE produziu mapas que mostram que a situação hídrica de alguns
412 pontos do DF é bem dramática, a exemplo do Mestre D'armas. Temos rios mortos e se
413 pensarmos em um sistema maior de abastecimento a qualidade da água passa a ser um vetor
414 de comprometimento e demanda compromissos das políticas públicas. Nesse sentido, na
415 questão da prevenção temos que considerar o papel das escolas. O Projeto Cultivando Água
416 Boa nos orienta que o foco tem que ser nas microbacias, avaliando e monitorando os riscos de
417 qualidade e quantidade. Não podemos esquecer o compromisso da cidadania em relação à
418 gestão de RHs, isto perpassa o olhar utilitário da água nos lembrando de que é um bem
419 essencial à vida. Não vejo o GT de acompanhamento de RHs constar no texto da resolução,
420 isto é importante porque o GT deixa de constar na vontade dos gestores e passa a agregar o
421 aparato legal. O cenário é preocupante. Finalizou. O convidado Robson/ ICMBIO lembrou a
422 necessidade de uma revisão periódica da legislação. O canal do Rodeador tá levando toda a
423 água do rio e a ADASA precisa ver isto. A técnica Camila/ADASA esclareceu que a ADASA
424 considera importante as áreas de pequenas contribuições, porque na hora que soma tudo dá
425 uma grande contribuição. Sobre a avaliação das micro bacias foi feita a avaliação de
426 qualidade e quantidade por BH e no Descoberto também. Sobre o Rodeador, sabemos que ele
427 é o principal problema da Bacia e é nossa prioridade, estamos trabalhando nela. O presidente
428 do Conselho, André Lima/SEMA questionou se na situação de atenção não deve ter uma
429 declaração da situação de atenção. Porque se estamos tratando aqui do estado de atenção, o
430 compromisso não é só do governo mas da sociedade em geral. Do ponto de vista didático,
431 para que a sociedade tenha, preventivamente, uma compreensão maior do que seja o impacto
432 de se chegar ao estado de alerta ou no estado crítico de restrição, é imprescindível que haja
433 uma boa definição na resolução do que significa este racionamento preventivo. É preciso dar
434 uma atenção especial a este conceito na Resolução. Outro ponto que precisa especial atenção
435 didática é o uso da expressão "poderão" e "deverão". É preciso encontrar uma forma de
436 equilibrar o uso destas expressões. Por exemplo, onde está colocado "será declarada mas
437 poderão ser adotadas medidas..." Do estado de alerta para o estado de restrição no Descoberto
438 são só 17 dias. As medidas que somos capazes de adotar, nos permitem, em 17 dias, evitar
439 que saíamos do estado de alerta para o estado de restrição? Porque nós estamos no 30% para
440 20%. Será que não é o caso de puxar esses 30 pra 40? Precisamos de tempo para que as
441 medidas alcancem o resultado pretendido. Concordo com a importância de termos um grupo
442 permanente, porque a sociedade estará monitorando. Por fim, propôs adiar a reunião plenária
443 do CONAM do dia 09/08 para que os conselheiros do CONAM possam participar da
444 audiência pública sobre esta Resolução. Dirceu Júnior/UnB lembrou que este Conselho tem
445 discutido aqui o monitoramento dos recursos hídricos do DF, com um trabalho desenvolvido
446 por um GT. Se estamos pensando numa Resolução de monitoramento, não entendo o porquê
447 desta resolução, visto que faz parte de um mesmo pacote. Quanto maior o número de Leis
448 conectadas é mais difícil gerir o sistema. Acho que estamos criando leis em cima de leis.
449 Porque não temos um sistema integrado, que uma vez discutido neste Conselho, terá a
450 previsão de uma equipe de acompanhamento técnico do sistema de monitoramento que irá
451 avaliar, necessariamente, não só a necessidade de água, mas a vazão, a cota, e todos os
452 elementos envolvidos nesse sistema? Essa mesma equipe pode gerir os alertas. Entendo que
453 uma resolução como esta torna o sistema mais rígido e mais difícil de ser gerido,
454 especialmente, por essas várias deficiências aqui apontadas, como é o caso da observação da
455 vazão, com a qual estou de pleno acordo. Um sistema só baseado em cotas, sem o valor de
456 vazão, apresenta uma falha absurda, porque o que alimenta estes reservatórios são os rios, os
457 riachos, o lençol freático. Se não tivermos nesse modelo essas variáveis embutidas ele vai
458 gerar falhas. Porque eu posso estar com uma cota, mas em seguida a vazão pode aumentar e
459 não ter necessidade. Se nós tivermos dados técnicos, nem o "poderão nem o deverão" será

Folha Nº 220

Processo Nº 31300006212015

Rubrica, 0267971

20ª Reunião Extraordinária – CRH/DF

460 problema, porque termos métricas, valores para nos orientar. Sei que os valores e as métricas
461 fornecidas pela CAESB e ADASA é de primeira categoria e os modelos geridos são altamente
462 técnicos e complexos, mas não acho que a população deva receber informações pela metade.
463 Pensar que temos que simplificar para a população porque achamos que ela não vai entender é
464 um erro. Estamos admitindo que a população "não tem capacidade de compreensão". Não!
465 Temos vários níveis dentro da população, mas não podemos restringir informações a partir de
466 pressupostos. Temos que dar informações corretas, a partir de dados técnicos, de métricas
467 técnicas, corretas. Para isto existem grupos de acompanhamento. Os comitês de bacias tem a
468 função de traduzir para a sociedade a sua importância. Fiquei satisfeito com a colocação da
469 colega Regina no que se refere à qualidade: mais uma vez estamos usando uma visão
470 antrópica para resolver os nossos problemas imediatista, mas o problema é muito mais
471 complexo do que colocamos aqui, simplesmente trabalhando com cotas de reservatório. Por
472 exemplo: porque está faltando água? É só por causa das chuvas? Não! E todos aqui sabemos
473 que não. É porque não estamos cuidando adequadamente da origem das águas. Não estamos
474 cuidando das nossas nascentes, das margens dos rios, que estão desprotegidas. Isso aumenta a
475 taxa de evaporação, de escoamento superficial, e a destruição das margens dos rios. É por isso
476 que não temos água e está diminuindo o nível dos nossos reservatórios e a nossa capacidade
477 de estocagem. E nós estamos preocupados só com as cotas? É isso que este conselho e a
478 sociedade queremos? Acredito que não. Então coloco aqui a minha inquietação, em pensar
479 que esta Resolução vai resolver o problema. Estamos maquiando o problema. O presidente
480 André Lima/SEMA lembrou que o início dessa reunião foi marcado pela premissa de que não
481 resolveríamos todos os problemas de recursos hídricos do DF com esta Resolução. Defendo
482 que o que está sendo colocado aqui é necessário, ou seja, a criação desta Resolução para nos
483 orientar nas questões de escassez hídrica. A convidada Tereza Cristina/AGE/Sítio Alegria
484 manifestou que é produtora rural e parabeniza este conselho pelo cuidado com que discute
485 esta questão da água. Sinto-me a vontade para dizer que garantir vazão não é só com
486 monitoramento mas principalmente com cuidados. É preciso ser eficiente com a irrigação e
487 melhorar os canais de distribuição, não só para o meio rural, mas também para o urbano. É
488 preciso cuidar dos dois lados. José Furquim/CRDRS pediu que o DF faça a regularização
489 fundiária das áreas do DF ainda irregulares, como forma de evitar a grilagem hoje em
490 ascensão no DF, já avançando para as áreas de mananciais. O convidado Jorge
491 Arthur/PRODESCOBERTO sugeriu a criação de um grupo para atender as necessidades reais
492 dos produtores. Por exemplo, as concessionárias precisam atestar a criação de novas áreas
493 urbanas e rurais. O parcelamento irregular, precisa ser solucionado. O presidente da reunião
494 informou que o grupo Descoberto.gov tem o entendimento que é necessário pegar o Plano de
495 Manejo da APA e ver onde o governo tem obrigação de fazer e trabalhar para que isto
496 aconteça. O grupo já está se encarregando disto. Outro ponto importante é tratado no grupo de
497 governança territorial, que trata da ocupação ilegítima. Estes fatores têm várias implicações
498 com a questão da água. Em relação aos incêndios também estamos trabalhando para melhorar.
499 A Conselheira Lucijane/ABES/DF manifestou que tem muita preocupação com o consumo de
500 água no Lago Sul. Nesta Resolução o único tratamento aplicado aqui é a tarifa. Tarifa nunca
501 foi problema para o Lago Sul. Eles precisam conhecer a crise hídrica, que eles não conhecem.
502 Tarifa não é suficiente, é preciso adotar medidas que irão além da tarifa para evitar o consumo
503 exagerado para esta região. Não podemos ficar preso ao argumento de uso prioritário e não
504 limitarmos o uso. Essa resolução é regulação do outorgado, que não chega ao usuário. Quem
505 vai regular o usuário? E o uso do Lago? A Conselheira Raquel Brostel/CAESB lembrou que a
506 Resolução é necessária porque identifica a situação de escassez. A tarifa de contingência é
507 definida na Lei de saneamento e precisa ser regulamentada. Aqui ela está sendo citada, mas é
508 preciso ser definida a situação de equilíbrio financeiro e controle da demanda. A CAESB está
509 com o programa BID para investir em perdas do sistema, que já se aproxima de 35% no DF.
510 Os pequenos mananciais estão sofrendo mais e estamos pensando em medidas operacionais

511 para intervir no processo. Todas as nossas tarifas são calculadas pela agência reguladora e as
512 ações de proteção dos mananciais não são reconhecidas pela ADASA como investimento. O
513 Conselheiro Jorge Enóch lembrou que a oportunidade é importante porque nos direciona para
514 pensarmos de que forma o sistema vai funcionar nesses casos e em outros. Precisamos definir
515 o que tem que passar pelo Comitê de Bacias e o que vem pelo CRH. Que tipo e tamanho de
516 decisão, no licenciamento, na outorga, etc., que até então é muito confuso o nível de
517 competência das instâncias. O convidado Robson/ICMBIO lembrou que a Bacia do
518 descoberto é importantíssima para o abastecimento de água do DF. Naquela região temos uma
519 área federal, cujo mapa foi criado em 73, quando o DF não tinha autonomia política e órgãos
520 estruturados. Hoje a situação é diferente, existe no DF a SEMA, o sistema de RHs, etc. A
521 população espera que a questão da água seja tratada com estratégias para o longo prazo.
522 Precisamos fazer uma reunião para afinar a proposta de intervenção na APA do Descoberto,
523 porque não adianta o jogo de empurra. Gostaria de saber se o ICMBIO está representado neste
524 Conselho. Se não estiver, talvez seja importante pensar a sua inserção nesse órgão. O
525 presidente da reunião solicitou à assessoria de colegiados que, até que a questão da entrada
526 oficial do ICMBIO seja estudada, o órgão seja convidado para todas as reuniões do CRH.
527 Peço ao Paulo que façamos uma reunião específica, não precisa ser do Plenário, para
528 definirmos como agir de maneira coordenada, para definirmos, respeitando e fortalecendo as
529 competências, sobre o que foi colocado pelo Jorge Enoch. Sabemos que existe um
530 sobreposição nas competências entre o CBH, CRH, ADASA, Licenciamento e outorga,
531 CAESB, etc. Como podemos sincronizar isto de forma respeitosa e efetiva? O Conselheiro
532 Paulo Salles lembrou que a sustentabilidade é um compromisso que assumimos para gerações.
533 Quando pensamos nisso já percebemos que não é possível construirmos a sustentabilidade em
534 um horizonte curto. Nesse momento não temos um projeto que contemple todos esses
535 elementos. Precisamos trabalhar com a visão sistêmica. Quando olhamos por este viés,
536 percebemos que cada um tem um papel importante, aí sim, é hora de checarmos se estes
537 papéis estão sendo desempenhados com eficiência e eficácia. Foi citada aqui a questão da
538 grilagem e esta tem uma face perversa, mas que é parte da história do DF. Estamos vivendo
539 um momento especial no DF, com funcionamento dos Conselhos, e cada instituição está
540 trabalhando dentro de suas possibilidades. Sabemos que não estamos no modelo ideal, mas
541 melhorando cada vez mais. Esta Resolução é essencial porque já estamos no estado de
542 atenção. Ela é limitada aos aspectos urbanos. Sabemos que temos outros aspectos, como as
543 vazões, que já estamos considerando em outros estudos e instrumentos, dada sua importância.
544 A CAESB não apresentou nas propostas de metodologia essa inclusão. Esse ano nós fizemos
545 uma revisão na metodologia mas não nos investimentos, etc. O foco tem sido sempre outro. É
546 um ponto que podemos pautar, embora não seja exclusivamente função da CAESB fazer isto.
547 É importante que olhemos o que dizem as legislações, das águas, do meio ambiente, etc., para
548 que possamos fazer a integração necessária e melhorarmos o que precisa ser melhorado. Nós
549 estamos preocupados em como colocar em prática estas questões que a Resolução não
550 abordou, mas vamos fazer isto juntos, e de forma transparente. Uma das medidas aqui
551 proposta foi uma revisão na forma de oferecer outorga para que ela seja mais eficiente
552 considerando o contexto atual. Vamos fazer esta discussão de forma rotineira, como forma de
553 trazer para a sociedade uma gestão o mais transparente possível. Agradeceu a equipe técnica
554 da ADASA pelo empenho e dedicação. O presidente lembrou que esta reunião tinha a
555 finalidade de abrir o debate sobre o tema abordado na Resolução proposta. Vamos reunir o
556 conjunto de contribuições aqui apresentadas para levarmos no dia 09/08 para a audiência
557 pública. Agradeceu à Dra. Marta Eliana do MPDFT que oportunizaram este debate. Não
558 havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pelas contribuições e encerrou a
559 reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes e,
560 posteriormente, publicada seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

Folha nº 221

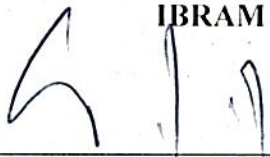
Processo Nº 39.30.00062/2015

Rubrica: 267911

20ª Reunião Extraordinária - CRH/DF

ANDRÉ LIMA
SEMA

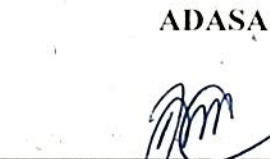
LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS


IBRAM

VANDETE INÊS MALDANER

IBRAM

RAFAEL MACHADO MELLO


ADASA

ALBA EVANGELISTA RAMOS

ADASA

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL


CAESB

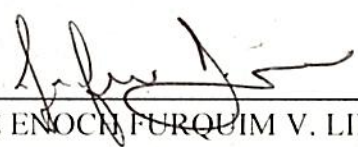
ALINE REZENDE PEIXOTO

IBAMA

MANOEL A. M. DE ARAÚJO


IBAMA

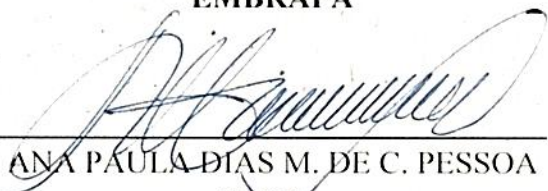
JORGE ENOCH FURQUIM V. LIMA


EMBRAPA

FRANCISCO ALVES RIBEIRO


SRDF

ANA PAULA DIAS M. DE C. PESSOA


FIBRA

TEREZINHA LIMA

ÚNICA

DELSON DA COSTA MATOS

CBH/MA

PAULO SÉRGIO BRETAS DE A SALLES

CBH/PARANOÁ

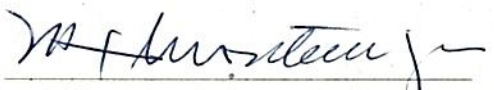
LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU

ABES/DF

DIRCEU SILVEIRA R. JÚNIOR


UNB

MARCOS HELANO F. MONTENEGRO


ABES/DF

REGINA FITIPLADI
FÓRUM de ONGs

ANA PALMIRA SILVA
CBH PARANOÁ